



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
Rua do Acre, 80 – sala 604 – Centro/Rio Janeiro – CEP: 20081-000
Telefone/Fax: 2282-8682 / 2282-8016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2019
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Proc. nº TRF2-EOF-2019/287

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2019/386 de 24.09.2019, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços**, do tipo menor, realizado por meio da *internet*, no *site* **www.comprasnet.gov.br**. O certame será regido pelas disposições da Lei 10.520/02, dos Decretos 7.892/13 e 5.450/05, da Lei 8.666/93, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:
Data: 23 de outubro de 2019
Horário (de Brasília): 13:00
Local: www.comprasnet.gov.br

Fazem parte deste Edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Modelo do Formulário de Solicitação de Fornecimento;
- Anexo III - Declaração de acordo com o inciso VI artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nº 9 de 06/12/2005 e 229 de 22/06/2016 do CNJ;
- Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços.
- Anexo V - Minuta do Contrato Administrativo.

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de microcomputadores e monitores para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) e Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES), através do Sistema de Registro de Preços, atuando o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) como Gerenciador e as Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES), como Participantes, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é composto por **2 (dois) itens** que poderão ser adjudicados a mais de uma licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, através do *site* www.comprasnet.gov.br.

2.1.1 - A SETIC atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.4 - Empresas que estejam reunidas em consórcio;

2.3.5 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.6 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

2.3.7 - [Empresas proibidas de contratar com o poder público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 \(Lei da Improbidade Administrativa\), com a redação dada pela Lei nº 12.120/2009, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.](#)

2.3.8 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/08.

- 2.3.10 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.
- 2.4 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.
- 2.5 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias.
- 2.5.1 - Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.6 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:
- 2.6.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
- 2.6.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do *site* **www.comprasnet.gov.br**. (art. 3º do Decreto 5450/05).
- 3.1.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).
- 3.1.2 - O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).
- 3.1.3 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.1.4 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).
- 3.1.5 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio da proposta de preços com o VALOR UNITÁRIO DO ITEM COTADO, conforme modelo de planilha constante do item 02 do Termo de Referência, Anexo I, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet**, contendo as **especificações** detalhadas do objeto ofertado.
- 4.3 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA: A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante e a indicação da pessoa legalmente habilitada a **assinar Ata de Registro de Preços / Contrato Administrativo**, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.4 - **Preços unitário e total do item cotado**, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Modelo de Planilha de Especificações e Formação de Preços, apresentado no item 02 do Anexo I - Termo de Referência deste edital;
- 5.4.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;
- 5.5 - **Descrição integral das características técnicas do(s) produtos(s) cotados(s)**, obedecidas as especificações e exigências constantes do Termo de Referência - Anexo I, bem como a MARCA (e modelo, se houver);
- 5.6 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da abertura sessão pública deste pregão eletrônico;

- 5.7 - **Prazo de entrega**, que deverá ser de, no máximo, 40 (*quarenta*) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato, conforme item 04 do Anexo I – Termo de Referência;
- 5.8 - **Prazo de validade da Ata de Registro de Preços**: 12 (*doze*) meses, contados da data de sua assinatura;
- 5.9 - **Prazo de garantia *on-site* dos equipamentos fornecidos**, incluindo troca de equipamentos defeituosos e assistência técnica, em cada fornecimento, conforme item 8 do Anexo I, será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data do Recebimento Definitivo de que trata o item 15 deste Edital.
- 5.10 - Caso quaisquer dos produtos fornecidos venham a apresentar defeito(s) decorrente(s) de falha(s) no processo de fabricação ou de má qualidade dentro dos prazos mencionados no item anterior, contados do recebimento definitivo (atesto do documento fiscal), deverão ser substituídos gratuitamente pela empresa fornecedora;
- 5.10.1 - Não serão aceitos materiais/produtos cujas embalagens tenham evidências de terem sofrido dano.
- 5.11 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.6 a 5.9, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.
- 5.12 - Depois de solicitada pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet, ou do e-mail cpl@trf2.jus.br, ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 2282-8016.
- 5.12.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.
- 5.13 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.14 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.15 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos no COMPRASNET e o disposto no **Anexo I – Termo de Referência**, o licitante deverá obedecer a este último.
- 5.16 - Serão desclassificadas as propostas que:
- 5.16.1 - contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;
- 5.16.2 - não atenderem às exigências deste Pregão;

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

- 6.1 - O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 6.2 - O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRF2ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF2ª Região.
- 6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis;
- 6.8 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação.
- 6.9 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, salvo mediante a ocorrência das hipóteses previstas pelo artigo 17 do Decreto nº 7.892/2013.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.
- 7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor unitário do item que estiver cotando**, conforme modelo de planilha constante do item 02 do Anexo I, sob pena de desclassificação.
- 7.3 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.

- 7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.
- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.7.1 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e dos procedimentos previstos nos subitens 8.4 e 8.5 deste edital, quando for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.7.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.8.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br.
- 7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.
- 7.10 - Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 7.10.1 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem 7.10 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

8 - DO PROCEDIMENTO

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, aplicam-se as regras de preferência previstas no artigo 5º do Decreto nº 7.174/2010, com a classificação das licitantes cujas propostas finais estejam entre 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, para a comprovação e o exercício do direito de preferência.
- 8.5.1 - Convocam-se as licitantes para o exercício do direito de preferência, obedecidas as regras dispostas nos incisos III e IV do artigo 8º do Decreto nº 7.174/2010.
- 8.6 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.7 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os procedimentos previstos nos subitens 8.4 e 8.5 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.8 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o de **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.9 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.10 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

- 8.11 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.12 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro;

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8429/92.

9.1.2 - Constatada existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta

PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015 e 3193/17);

- 9.3.3 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
- 9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;
- 9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;
- 9.3.6 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- 9.3.7 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
- 9.3.8 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via e-mail, a documentação atualizada, quando solicitada pelo pregoeiro.
- 9.3.9 - O registro regular e atualizado no SICAF supre no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.6.
- 9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:
 - 9.4.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
 - 9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;
 - 9.4.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
 - 9.4.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.
 - 9.4.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 – SLTI, de 16 de setembro de 2009.

9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.5.1 - Para fins de habilitação, deverá ser apresentado:

9.5.1.1 - Comprovante de Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação:

9.5.1.1.1 - Para o item 1, a aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 1 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, **no mínimo, 750 (setecentos e cinquenta) unidades de microcomputadores.**

9.5.1.1.2 - Para o item 2, a aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 1 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, **no mínimo, 750 (setecentos e cinquenta) unidades de monitores.**

9.6 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.

9.7 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.8 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.8.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.8, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, ou propor a revogação deste Pregão.

9.9 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos para o endereço eletrônico cpl@trf2.jus.br ou via fac-símile, para o telefone (21) 2282 - 8016 no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.9.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do Pregoeiro, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Coordenadoria de Licitação - COLICI - Rua Acre, nº 80, sala 604 - CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – **Pregão nº 116/2019.**

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste Registro de Preços **correrão** à conta dos recursos específicos consignados nos orçamentos do TRF-2ª REGIÃO, da SJRJ e da SJES, na época da realização da despesa.

11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

- 11.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas no "sítio" do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção "transparência / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e no *site*: www.comprasnet.gov.br, na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.
- 11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, por fax ou através do e-mail cpl@trf2.jus.br, até 3 (*três*) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os FAX/telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.
- 11.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.
- 11.4 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 11.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

12 - DOS RECURSOS

- 12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 12.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 12.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes será realizada no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.

- 12.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 12.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 13.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para assinar **Ata de Registro de Preços e o Contrato Administrativo** constante dos Anexos IV e V deste edital, podendo, posteriormente, ser convocada para retirar nota de empenho, preferencialmente junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68/ 2º andar, Centro - Rio de Janeiro, no horário de 12:00 às 17:00 horas.
- 13.2 - A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, prorrogável apenas 01 (*uma*) única vez a critério do TRF, **sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado**, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.
- 13.3 - No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços / Contrato, será comprovada mediante consulta *on line*, a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e pela CNDT, regularidade que deverá ser mantida pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços, cuja **validade é de 12 (doze) meses** contados da data de sua assinatura.
- 13.4 - A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata e/ou contrato dentro de prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.
- 13.5 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o instrumento contratual, ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os equipamentos a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 13.6 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

13.7 - Desde que atendidos os pressupostos dos artigos 11 e 26 do Decreto nº 7.892/13, será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos da licitante mais bem classificada; segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

13.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.

13.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo III do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

14 - DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - O Tribunal Regional Federal da 2ª Região é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

14.2 - O fornecedor registrado terá seu registro cancelado quando:

14.2.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.2.2 - Não assinar o termo de contrato ou retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.2.3 - Não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

14.2.4 - Houver razões de interesse público, devidamente comprovadas e justificadas;

14.2.5 - Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

14.2.6 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93 ou no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

14.2.7- O cancelamento do Registro de Preços, nas hipóteses previstas e após assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, c/c a IN SLTI/MPDG nº 01, de 04/04/2019, o objeto do contrato será recebido mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, e da seguinte forma:

15.1.1 - Provisoriamente - Imediatamente **pelo Fiscal Técnico**, mencionado no subitem 15.6, após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente a entrega dos equipamentos;

15.1.2 - Definitivamente - No prazo de 10 (dez) dias pelo **Gestor do Contrato e pelo Fiscal Requisitante**, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais;

15.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pela Comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, a qual confirmará a aceitação definitiva dos equipamentos, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

15.3 - Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SLTI/MPDG nº 01, de 04/04/2019 e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

15.4 - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos estão em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da CONTRATADA, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação;

15.5 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

15.6 - O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF-2ª Região as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90;

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será efetuado após a entrega dos equipamentos, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor do Contrato, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal para valor inferior ou igual a R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), ou em até 10 (dez) dias úteis, para valor superior a R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), a contar do atesto do documento fiscal aposto pelo gestor do Contrato;

- 16.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;
- 16.1.2 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 16.2 - O documento fiscal deverá acompanhar os equipamentos quando estes forem entregues, de 2ª a 6ª feira, nos endereços e horários indicados no subitem 4.2 do Termo de Referência (Anexo I);
- 16.2.1 - A entrega deverá ser agendada com antecedência através dos telefones (21) 2282-8264 (TRF2), (21) 3218-6612 / 3218-6613 (SJRJ) ou (27) 3183-5004 (SJES).
- 16.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;
- 16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015;
- 16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU);
- 16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;
- 16.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à contratada para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 16.7 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- 16.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.7, a contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 17.1 - Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos de prestar o serviço contratado, desde que se apresentem devidamente identificados, respeitadas as normas internas (segurança, disciplina) do CONTRATANTE;
- 17.2 - Prestar informações e esclarecimentos à CONTRATADA, necessários ao cumprimento do objeto do contrato;
- 17.3 - Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada no cumprimento objeto do contrato, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas;
- 17.4 - Acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento do objeto desta contratação;
- 17.5 - Recusar o recebimento do hardware, equipamentos ou serviço que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA;
- 17.6 - Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento do objeto desta contratação pela CONTRATADA;
- 17.7 - Demais deveres e responsabilidades previstos no edital.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 18.1 - Responder por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 18.2 - O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;
- 18.3 - As especificações descritas ao longo do Termo de Referência representam os requisitos essenciais exigidos pelo CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA fornecer todos os componentes de hardware e software necessários para que elas sejam atendidas, sem exceção;
- 18.4 - A CONTRATADA poderá fornecer itens com características adicionais e até mesmo superiores, desde que não haja prejuízo de qualquer das funcionalidades especificadas e se mantenha a compatibilidade da solução. Tal mudança deverá ser solicitada ao CONTRATANTE e deverá contar com a anuência do mesmo;
- 18.5 - O fornecimento de qualquer material adicional (cabo, conector, transceiver, conversor etc.) necessário ao funcionamento de quaisquer dos itens adquiridos, não vislumbrados no Termo de Referência, será de responsabilidade da CONTRATADA;

- 18.6 - O transporte dos equipamentos até o local de entrega ficará sob responsabilidade da CONTRATADA, incluindo procedimentos de seguro, embalagem e transporte até o local especificado, devendo ser providenciada a mão de obra necessária;
- 18.7 - A CONTRATADA deve arcar com todas as despesas com deslocamento, alimentação e estadia para realização dos serviços (*on-site*) **nas instalações** do CONTRATANTE (**Subitem 8.2.1 - Anexo I**).

19 - DAS SANÇÕES

- 19.1 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:
- 19.1.1. apresentar documentação falsa;
 - 19.1.2. fraudar a execução do contrato;
 - 19.1.3. comportar-se de modo inidôneo;
 - 19.1.4. cometer fraude fiscal;
 - 19.1.5. fizer declaração falsa;
 - 19.1.6. não assinar o contrato no prazo estabelecido;
 - 19.1.7. não mantiver a proposta.
- 19.2 - Para os fins do item 19.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.
- 19.3 - Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens "19.4", "19.5" e "19.6", com as seguintes penalidades:
- 19.3.1. advertência;
 - 19.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;
 - 19.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

- 19.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.
- 19.4 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 19.5 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 19.6 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais da Contratada especificadas no edital e Termo de Referência, a CONTRATADA, caso não sejam acatadas suas justificativas, estará sujeita à penalidade de multa entre 0,1% e 0,5% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de um item obrigatório concomitantemente.
- 19.7 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA:
- 19.7.1 - Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor a multa, a diferença será descontada da garantia contratual, caso esta tenha sido exigida.
- 19.7.2 - Se os valores das faturas e da garantia, se exigida, forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;
- 19.7.3 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;
- 19.7.4 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.
- 19.8 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.
- 19.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017;
- 19.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à contratada, na forma da lei;
- 19.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.12 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no §1º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

20 - DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

20.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos *sites*: www.trf2.jus.br, opção "transparência / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.comprasnet.gov.br, opção "*visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos*", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (*vinete e quatro*) horas da data inicialmente marcada;

20.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;

20.1.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

20.2 - O contrato decorrente do presente Registro de Preços poderá ser alterado, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

20.3 - Eventuais supressões realizadas nos termos do subitem anterior poderão exceder o limite ali estabelecido, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

20.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;

20.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2019.

Francisco Luis Duarte - Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 116/2019
PROCESSO TRF2-EOF-2019/287
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO: Aquisição de microcomputadores e monitores para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) e Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES), através do Sistema de Registro de Preços, atuando o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) como Gerenciador e as Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES), como Participantes, conforme especificações a seguir definidas.

1.1. Órgão Gerenciador:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CNPJ: 32.243.347/0001-51

Rua Acre, 80, sala 604 (LICITAÇÃO) – Centro – Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20081-000

SITE: www.trf2.jus.br

Coordenadoria de Licitação: (21) 2282-8016 / 8682 (12 às 17h)

E-mail: cpl@trf2.jus.br

1.2. Órgãos Participantes:

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CNPJ: 05.424.467/0001-16

Av. Almirante Barroso, 78, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20.040-009

Site: www.jfrj.jus.br

Seção de Licitações: Fone (21) 3218-9767 / 9868 (12 às 17h)

E-mail: licitacoes@jfrj.jus.br

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ: 05.424.467/0001-82

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877 –Monte Belo – Vitória/ES

CEP: 29.053-245

Site: www.jfes.jus.br

Seção de Licitações: Fone (27) 3183- 5105 (de 12 as 19h); Fax (27) 3183- 5094

E-mail: selic@jfes.jus.br



2. PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DO PREÇO

Item	Discriminação	Marca/Modelo	Qtd. Unid.		Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Microcomputador, conforme especificação item 3.1		TRF2	350	4.716,31	7.593.259,10
			SJRJ	1050		
			SJES	210		
Quantidade item 01 - 1.610						
2	Monitor LCD 21,5 polegadas, conforme especificação item 3.2		TRF2	350	852,90	1.432.872,00
			SJRJ	1050		
			SJES	280		
Quantidade item 02 - 1.680						
VALOR TOTAL						9.026.131,10

Código SIASG: 66338, 150699

3. DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS E DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. ITEM1 – Microcomputador:

3.1.1. Processador

3.1.1.1. Processador 64 bits.

3.1.1.2. Quatro núcleos físicos.

3.1.1.3. Memória cache L3 de 6 MB.

3.1.1.4. Suportar tecnologia de virtualização.

3.1.1.5. Atingir índice de, no mínimo, 10.000 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php;

3.1.1.6. Suporte à virtualização e instruções de virtualização de I/O e extensões do conjunto de instruções SSE4.1/4.2, AVX 2.0;

3.1.1.7. Integrante da geração mais recente produzida pelo fabricante.

3.1.1.8. É obrigatório informar o modelo do processador ofertado na proposta.

3.1.1.9. O processador deve operar dentro das especificações originais de seu fabricante.

3.1.2. Placa-mãe

3.1.2.1. No mínimo 6 portas USB 3.0; todas as portas deverão ser conectadas diretamente na placa mãe sem o uso de hubs e/ou adaptadores PCI.

3.1.2.2. 1 slot M.2 PCI Express x4.

3.1.2.3. Módulo TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0 ou superior, interno/integrado, destinado ao armazenamento de senhas, certificados digitais e chaves criptográficas em conformidade com as especificações do Trusted Computing Group, acompanhado de software pré-instalado ou em mídia para configuração do mesmo.

3.1.3. BIOS

- 3.1.3.1. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável.
- 3.1.3.2. Gerenciamento no padrão DASH 1.0 ou iAMT 9.0 ou superiores.
- 3.1.3.3. Suportar Plug & Play, ACPI 3.0 (Advanced Configuration and Power Interface), DMI 2.0 e SMBIOS v.2.4 (System Management BIOS).
- 3.1.3.4. Suportar boot por pendrive, HD/DVD externo, conectado a uma porta USB 2.0 ou superior e através da placa de rede (PXE);
- 3.1.3.5. Controle de acesso através de senhas, sendo uma para inicializar o computador, outra para os recursos de administração da BIOS.
- 3.1.3.6. Suporte tecnologia de previsão/contingenciamento de falhas de disco rígido S.M.A.R.T (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology) habilitada.
- 3.1.3.7. Deve permitir atualização da BIOS em ambiente Windows.
- 3.1.3.8. Deverá possuir ferramenta capaz de apagar dados gravados no disco rígido de forma definitiva e irrecuperável.
- 3.1.3.9. As atualizações da BIOS deverão ser disponibilizadas no site do fabricante do equipamento.
- 3.1.3.10. O número de patrimônio do equipamento deverá ser gravado no campo "Asset Tag" na tabela "System Enclosure or Chassis Type" (Table Type 3) pela CONTRATADA (mínimo 6 dígitos).
A CONTRATANTE informará previamente os números para gravação. Em caso de troca da placa-mãe por motivo de manutenção, a CONTRATADA deverá atualizar o campo do patrimônio na BIOS.
- 3.1.3.11. A CONTRATADA deverá gravar o modelo do equipamento no campo da BIOS intitulado "ProductName" na tabela "System Information" (Table Type 1).
- 3.1.3.12. A CONTRATADA deverá gravar o detentor do equipamento em um campo da BIOS que deverá ser informado à CONTRATANTE. Os valores que deverão ser utilizados no campo são: SJES (Seção Judiciária do Espírito Santo) ou SJRJ (Seção Judiciária do Rio de Janeiro) ou TRF2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região).

3.1.4. Gerenciamento remoto

- 3.1.4.1. A solução deve ser implementada através do hardware do equipamento (Out-of-band – OOB).
- 3.1.4.2. Utilizar conexão TCP/IP.
- 3.1.4.3. Funcionamento independente do estado do sistema operacional (ausente, corrompido, desligado, instalado).
- 3.1.4.4. Os softwares integrantes da solução de gerenciamento deverão ser fornecidos ou disponibilizados para download com todas as licenças necessárias ao pleno funcionamento da solução. As licenças deverão ser de uso perpétuo e permitir atualização gratuita.

3.1.4.5. O software gerenciará todo o parque de equipamentos ofertados utilizando protocolos ou padrões abertos como CIM (Common Information Model) e SNMP (Simple Network Management Protocol).

3.1.4.6. Suportar o gerenciamento remoto e inventário remoto de hardware, assumindo-se que o equipamento possa estar desligado, porém energizado pela rede elétrica e conectado localmente a rede de dados.

3.1.4.7. Fornecer canal de comunicação criptografado entre o administrador e o computador cliente.

3.1.4.8. A CONTRATADA deverá demonstrar que o recurso de gerenciamento atende aos requisitos solicitados mediante teste prático, nas dependências da CONTRATANTE, com um microcomputador de homologação.

3.1.4.9. Permitir ao administrador realizar as seguintes tarefas de forma remota:

3.1.4.9.1. Acesso à interface gráfica do microcomputador e telas gráficas do sistema operacional.

3.1.4.9.2. Modificar os parâmetros da BIOS e visualização das telas de POST.

3.1.4.9.3. Possibilitar a instalação do Sistema Operacional remotamente (KVM out-of-band).

3.1.4.9.4. Controle total de teclado, vídeo e mouse.

3.1.4.9.5. Desligar, ligar e reiniciar o equipamento.

3.1.4.9.6. Receber proativamente notificações de potenciais condições de falhas.

3.1.4.9.7. Coletar informações dos equipamentos (inventário eletrônico).

3.1.4.9.8. Boot através de uma mídia remota (CD/DVD, ISO).

3.1.4.9.9. Possibilitar a criação de scripts para monitorar o inventário.

3.1.4.9.10. Monitorar o estado de saúde dos equipamentos.

3.1.4.9.11. Relatar o acionamento do sistema de intrusão de chassis dos equipamentos.

3.1.4.9.12. Aplicar configurações de gerenciamento de energia via políticas para grupos de usuários, até mesmo limitando para que estes não consigam alterar as regras configuradas.

3.1.4.9.13. Realizar a formatação do disco rígido.

3.1.5. Memória

3.1.5.1. Memória DDR4 SDRAM PC4-2133.

3.1.5.2. No mínimo 8GB instalado.

3.1.5.3. Suporte a Dual Channel.

3.1.5.4. Expansível a, no mínimo, 32GB.

3.1.6. Gabinete

3.1.6.1. Gabinete tipo MFF (Micro Form Factor).

3.1.6.2. Conectores de entrada de microfone e de saída de fones de ouvido, sendo aceito conectores do tipo combo.

3.1.6.3. Duas portas USB 3.0 instalados na parte frontal do gabinete.

3.1.6.4. Permitir a colocação de dispositivo antifurto do tipo kensington (dispositivo de travamento).

3.1.6.5. Permitir a abertura e troca dos componentes do equipamento (placas de expansão, pentes de memória, disco rígido, unidade óptica, leitor de mídia) sem necessidade de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original como parafusos recartilhados, presilhas ou qualquer outra semelhante para se atingir esse objetivo.

3.1.6.6. Sistema de ventilação que permita o uso na posição horizontal ou em posição vertical sem prejuízo da ventilação.

3.1.6.7. Vir acompanhado com base de apoio para permitir a utilização na posição vertical.

3.1.7. Fonte de alimentação

3.1.7.1. Fonte de alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz automática.

3.1.7.2. Potência máxima de 90W.

3.1.7.3. Suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa principal, interfaces, unidade de armazenamento, memória RAM e demais periféricos).

3.1.7.4. Implemente PFC (Power Factor Correction) ativo com eficiência igual ou superior a 87% em carga máxima (PFC 80+).

3.1.7.5. Deve ser comprovadamente aderente à Portaria 170/2012 do INMETRO. Possuir baixo nível de ruído conforme ISO 9296 ou equivalente.

3.1.8. Controladora gráfica

3.1.8.1. Memória de 1GB (compartilhada ou dedicada).

3.1.8.2. Suporte a DirectX 12 e OpenGL 4.4.

3.1.8.3. Possuir duas conexões digitais DisplayPort sem o uso de adaptadores.

3.1.8.4. Suporte à resolução mínima de 1920 x 1080 @ 60 Hz;

3.1.8.5. Capaz de controlar dois monitores, nas orientações "Retrato" e "Paisagem" e com suporte ao modo "Área de trabalho estendida".

3.1.9. Unidade de Armazenamento

3.1.9.1. Uma unidade de armazenamento Solid State Drive (SSD).

3.1.9.2. Capacidade mínima de 240GB.

3.1.9.3. Possuir MTBF de no mínimo 1.000.000 de horas, com capacidade de leitura/escrita dinâmica sequencial de no mínimo 450 MB/s.

3.1.10. Interface de Rede

- 3.1.10.1. Placa de rede integrada padrão Gigabit Ethernet.
- 3.1.10.2. Operar automaticamente nas velocidades de comunicação de 10/100/1000 Mbps.
- 3.1.10.3. Suporte a 802.1q em ambiente Windows e Linux.
- 3.1.10.4. Suporte a PXE e Wake-On-Lan.
- 3.1.10.5. Conector padrão RJ-45.
- 3.1.11. Interface de som
 - 3.1.11.1. Possuir controladora integrada.
 - 3.1.11.2. Possuir alto falante interno ao gabinete.
- 3.1.12. Teclado
 - 3.1.12.1. Teclado padrão brasileiro ABNT2.
 - 3.1.12.2. Teclas Windows Logo (acesso ao menu Iniciar) e aplicação (acesso ao menu de atalhos, equivalente ao botão direito do mouse).
 - 3.1.12.3. Não deverá possuir teclas ou botões de atalho de controle de energia, tais como desligamento, hibernação e espera.
 - 3.1.12.4. Bloco numérico separado das demais teclas.
 - 3.1.12.5. Identificação das teclas com serigrafia a quente ou dispositivo equivalente para evitar o apagamento da identificação da tecla por abrasão ou uso prolongado.
 - 3.1.12.6. Mínimo de duas posições para regulagem de altura.
 - 3.1.12.7. Conexão USB com o computador sem uso de adaptadores.
 - 3.1.12.8. A garantia deverá ser prestada pelo fabricante nas mesmas condições do equipamento.
- 3.1.13. Mouse
 - 3.1.13.1. Mouse óptico com 3 botões (sendo um botão para rolagem de telas "scroll").
 - 3.1.13.2. Tamanho padrão. Não será aceito mini-mouse.
 - 3.1.13.3. Conexão USB com o computador sem uso de adaptadores.
 - 3.1.13.4. Resolução de 1000dpi.
 - 3.1.13.5. Deve acompanhar mouse pad.
 - 3.1.13.6. A garantia do mouse deverá ser prestada pelo fabricante nas mesmas condições do equipamento.
- 3.1.14. Licenças
 - 3.1.14.1. Deverão ser fornecidas as seguintes licenças de uso de software para cada microcomputador: Sistema Operacional Microsoft Windows 10 Professional x64 ou mais recente, em português, com a devida licença de uso, também em português.
- 3.1.15. Softwares Pré-Instalados

- 3.1.15.1. Software de diagnóstico em modo de interface gráfica controlado pelo mouse em todos os testes pré-instalado na BIOS ou na partição UEFI.
- 3.1.15.2. Deverá possuir opções de personalização dos testes de diagnósticos (modo geral, individual ou personalizado).
- 3.1.15.3. A inicialização do software deverá ser a partir das teclas de função do teclado durante o Boot do equipamento.
- 3.1.15.4. Com recursos para testar os principais componentes do equipamento como: processador, disco, memória, etc.
- 3.1.15.5. As respectivas atualizações do software de diagnóstico deverão estar disponíveis no site do fabricante durante o período da garantia contratada.

3.1.16. Certificação

- 3.1.16.1. O equipamento deve ser comprovadamente aderente à portaria 170/2012 do INMETRO no que se refere a segurança para o usuário e instalações, compatibilidade eletromagnética e consumo de energia. Será aceita a comprovação dos requisitos da portaria 170/2012 do INMETRO por intermédio da certificação EPEAT.
- 3.1.16.2. Comprovação de baixo nível de ruído conforme ISO 9296 ou equivalente.
- 3.1.16.3. Todos os dispositivos de hardware, além de seus drivers deverão ser compatíveis com o sistemas operacional Windows 10 ou superior.
- 3.1.16.4. Compatibilidade com o padrão DMI 2.0 (Desktop Management Interface) ou superior da DMTF (Desktop Management Task Force), comprovado através de documentação do fabricante do equipamento.
- 3.1.16.5. Comprovação de que nenhum dos equipamentos fornecidos contém substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances).
- 3.1.16.6. Todas as comprovações e/ou certificações mencionadas neste Termo de Referência poderão ser realizadas através de certificações internacionais equivalentes emitidas por organismos acreditados pelo INMETRO.

3.1.17. Outros Requisitos

- 3.1.17.1. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas.
- 3.1.17.2. Todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos deverão ser fornecidos com comprimento mínimo de 1,8m (um metro e oitenta centímetros).
- 3.1.17.3. Vir acompanhado de trava de segurança do tipo Kensington, com segredo configurável, revestida com PVC ou material similar, de 1,8m de comprimento.
- 3.1.17.4. Deverá ser fornecido um cabo adaptador DisplayPort para DVI macho com 1,8m.
- 3.1.17.5. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.

3.1.17.6. As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.

3.1.17.7. As informações de número de série e patrimônio (Asset Tag) deverão vir estampadas em local visível na embalagem.

3.1.17.8. O equipamento (gabinete, teclado, mouse, dispositivos ópticos, dispositivo de E/S (entrada/saída) e demais componentes) obrigatoriamente deverá estar padronizado na cor preta, cinza ou preta/cinza.

3.1.17.9. O equipamento deverá, comprovadamente, pertencer à linha corporativa, não sendo aceitos equipamentos destinados ao uso doméstico.

3.1.17.10 - Catálogo técnico oficial do produto, **emitido pelo** fabricante, que apresente as características técnicas em conformidade com as descritas no Edital. Caso os Catálogos Técnicos apresentados omitam alguma informação ou exigência técnica em relação aos descritivos do Edital e seus Anexos, deverá ser anexada aos mesmos declaração do fabricante, **em português**, com a complementação das informações.

3.1.17.11. Não serão aceitos produtos descontinuados por seus fabricantes.

3.1.17.12. No momento da entrega dos equipamentos, deverá ser fornecida uma listagem, em formato eletrônico, dos números de série e patrimônios dos computadores.

3.2. ITEM 2 – Monitor LCD 21,5 polegadas:

3.2.1. Tela 100% plana de LED com tecnologia IPS.

3.2.2. Tamanho de 21,5”, sendo aceita uma variação de $\pm 0,5$ ”.

3.2.3. Proporção 16:9 ou 16:10.

3.2.4. Resolução mínima de 1920 x 1080 pixels.

3.2.5. Tempo de resposta máximo de 8ms.

3.2.6. Taxa de contraste de 1.000:1;

3.2.7. Controle digital de brilho e contraste.

3.2.8. Permitir posicionamento vertical e horizontal (rotação).

3.2.9. Regulagem de inclinação.

3.2.10. Possibilitar o ajuste de altura de no mínimo 10cm.

3.2.11. Possuir tratamento antirreflexo nativo (sem a utilização de adesivos).

3.2.12. O monitor deverá possuir uma porta DisplayPort sem o uso de adaptadores.

3.2.13. O item deve ser comprovadamente aderente à portaria 170/2012 do INMETRO.

3.2.14. Fonte de Alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz com seleção automática de tensão de voltagem e integrada ao gabinete do monitor.

3.2.15. Certificação Energy Star 6.0.

3.2.16. Outros Requisitos

3.2.16.1. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas.

3.2.16.2. Todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos (alimentação e DisplayPort) deverão ser fornecidos com comprimento mínimo de 1,8m (um metro e oitenta centímetros).

3.2.16.3. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.

3.2.16.4. As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.

3.2.16.5. Deverá estar na cor predominante preta.

3.2.16.6. Não serão aceitos produtos descontinuados por seus fabricantes.

3.2.16.7. No momento da entrega dos equipamentos, deverá ser fornecida uma listagem, em formato eletrônico, dos números de série dos monitores.

4. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA

4.1. O prazo de entrega dos equipamentos será de, no máximo, **40 (quarenta) dias** corridos a partir do primeiro dia útil subsequente a data de assinatura do contrato administrativo;

4.2. As entregas dos equipamentos deverão ser agendadas e realizadas nos seguintes endereços:

4.2.1. Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Seção de Almoxarifado/Divisão de Patrimônio e Almoxarifado

Rua Beneditinos, 24, 2º andar, Centro – Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (21) 3261-8264

E-mail: salmox@trf2.jus.br

Horário: das 12:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira

4.2.2. Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro

Seção de Almoxarifado - SEALM

Rua Equador, 613, Santo Cristo - Rio de Janeiro - RJ

Telefones: (21) 3218-6612 / 3218-6613

E-mail: tssealm@jfrj.jus.br

Horário: das 9:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira

4.2.3. Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo

Seção de Material - SEMAT

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo – Vitória - ES

Telefone: (27) 3183-5004

E-mail: semat@jfes.jus.br

Horário: das 12:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira

- 4.3. O transporte dos equipamentos até o local especificado pelo CONTRATANTE ficará sob responsabilidade da empresa CONTRATADA (inclusive os procedimentos de seguro, embalagem e transporte até o local especificado);
- 4.4. A responsabilidade quanto ao estado dos equipamentos e acessórios durante o transporte e entrega, será exclusivamente da CONTRATADA, sendo que, quaisquer danos ocorridos e observados a qualquer tempo, deverão ser reparados pela CONTRATADA, sem qualquer solidariedade por parte do CONTRATANTE;
- 4.5. Os equipamentos deverão ser novos, sem uso e estar na linha de produção do fabricante no momento da apresentação das propostas. Não serão aceitos equipamentos usados, remanufaturados ou de demonstração. Os equipamentos deverão ser entregues nas caixas lacradas pelo fabricante, não sendo aceitos equipamentos com caixas violadas. O CONTRATANTE poderá efetuar consulta do número de série do equipamento junto ao fabricante, informando data de compra e empresa adquirente, confirmando a procedência legal dos equipamentos;
- 4.6. Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes, os quais poderão estar em meio eletrônico;
- 4.7. Caso não sejam fabricados no Brasil, os equipamentos deverão ser importados legalmente, assegurando a prestação de garantia e suporte original do fabricante conforme estipulado adiante, não sendo aceitos equipamentos contrabandeados ou importados sem o reconhecimento da garantia no Brasil por parte do fabricante.
- 4.8. Deverá ser entregue junto com a nota fiscal, cópia impressa contendo a numeração de série dos equipamentos.

5. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. O CONTRATANTE nomeará os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, na forma do que estabelece o artigo 29 da Instrução Normativa SLTI/MPDG nº 01, de 04/04/2019, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.
- 5.2. Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:
 - 5.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

5.2.2 - Ordenar à CONTRATADA que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

5.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados;

- 5.3.** A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais.
- 5.4.** A CONTRATADA se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE quanto à execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados.
- 5.5.** As irregularidades detectadas pela fiscalização do CONTRATANTE serão comunicadas por escrito à CONTRATADA, para sua pronta correção ou adequação.

6. DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO

- 6.1.** Os equipamentos mais modernos possuem consumo de energia mais eficiente, com isso poderemos proporcionar uma economia de energia elétrica, portanto menos degradante ao meio ambiente.
- 6.2.** A CONTRATADA deverá respeitar e cumprir todas as disposições da legislação ambiental vigente, responsabilizando-se perante o CONTRATANTE, os Órgãos Ambientais e terceiros, por todo e qualquer dano ou prejuízo que porventura cause ao Meio Ambiente.

7. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

- 7.1.** Sempre que exigir-se, a comunicação entre o representante da CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico.

8. PRAZO DE VIGÊNCIA DA GARANTIA DE BENS E/OU SERVIÇOS

- 8.1.** Garantia mínima de **36 (trinta e seis) meses** do tipo **ON-SITE** (incluindo troca de equipamentos defeituosos e assistência técnica);
- 8.2.** Verificável através de consulta aberta no site do fabricante através do número de série e/ou etiqueta de serviço;
- 8.3.** Nos casos especificados abaixo, o licitante deverá informar na proposta comercial o respectivo código junto ao fabricante dos serviços adicionais incluídos:
- 8.3.1. Quando o licitante não for o próprio fabricante;
- 8.3.2. A garantia do fabricante for menor que o estipulado na especificação;
- 8.3.3. O licitante fornecer uma "extensão de garantia", "prazo de garantia estendido" ou "modalidade de prestação de serviços para atendimento on-site e/ou tempos de solução";

- 8.4.** Deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA ou pelo fabricante do equipamento Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) para abertura de chamado de assistência técnica, de segunda a sexta-feira, a partir de 11:00 até às 18:00 horas, podendo ser via atendimento telefônico 0800, on line, acesso remoto, bem como por qualquer outro meio eficaz disponibilizado para abertura dos chamados de assistência técnica. O solicitante do CONTRATANTE deverá ter acesso ao número do registro no momento da abertura do chamado;
- 8.5.** Durante a abertura do chamado, o fabricante e/ou a CONTRATADA poderá realizar um pré-atendimento inicial/analítico, via SAC, a fim de solucionar o problema relatado;
- 8.6.** O prazo máximo para atendimento e reparo/solução do problema que ocasionou o chamado, contado a partir da abertura do mesmo, é de até cinco dias úteis, inclusive quando o mesmo implicar troca de peças ou componentes;
- 8.7.** Caso a CONTRATADA não consiga realizar o reparo no prazo determinado no subitem 8.6, deverá providenciar a instalação de equipamento backup, observando-se que o equipamento defeituoso do CONTRATANTE deverá ser devolvido, devidamente consertado, em um prazo de até 30 (trinta) dias corridos. Havendo necessidade de remoção do equipamento para as dependências da CONTRATADA, as despesas de transporte, seguros e embalagens, correrão por conta da CONTRATADA. O equipamento backup deverá ser igual ou superior ao equipamento retirado e deverá ser instalado no ato da retirada do equipamento defeituoso;
- 8.8.** Caso o equipamento não mais se encontre disponível no mercado, admitem-se substitutos com qualidade e características idênticas ou superiores, mediante nova homologação;
- 8.9.** O atendimento às chamadas técnicas durante o período de garantia será nas dependências do CONTRATANTE em dias úteis, ou seja, de segunda a sexta-feira, a partir de 11:00 até às 18:00 horas;
- 8.10.** O fabricante e/ou a CONTRATADA, diretamente ou através de sua rede credenciada, deverá manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico que prestou o atendimento e uma descrição resumida do problema;
- 8.11.** O CONTRATANTE solicitará os registros de atendimento do item 8.10 sempre que julgar necessário a fim de avaliar e contabilizar os atendimentos executados;
- 8.12.** Por motivo de Segurança da Informação, toda Unidade de Armazenamento substituída deverá permanecer em posse do CONTRATANTE;
- 8.13.** Durante o prazo de garantia será substituída, sem ônus para o CONTRATANTE, a parte ou peça defeituosa por outra nova original de primeiro uso;
- 8.14.** A abertura do gabinete poderá ser realizada pelos próprios técnicos do CONTRATANTE, sem necessidade de autorização prévia e sem perda da garantia;
- 8.15.** O monitor deverá ter garantia contra pixels defeituosos, independentemente da quantidade de pixels identificados como defeituosos;

- 8.16.** Quaisquer alegações por parte da CONTRATADA contra instalações (ambiente inadequado, rede elétrica, rede lógica) ou usuários (mau uso, etc.) do CONTRATANTE, devem ser comprovadas tecnicamente através de laudos detalhados e conclusivos. Não serão admitidas omissões baseadas em suposições técnicas sem fundamentação, "experiência" dos técnicos ou alegações baseadas em exemplos de terceiros. Enquanto não for efetuado o laudo, e esse não demonstrar claramente os problemas alegados, a CONTRATADA deve prosseguir com o atendimento dos chamados;
- 8.17.** Nos casos comprovados relativos ao item 8.16, a empresa deverá emitir orçamento para reparo do equipamento de forma que a garantia permaneça sem alteração durante todo o tempo que essa durar;
- 8.18.** Na hipótese da CONTRATADA não reparar totalmente o equipamento, por qualquer motivo, à exceção daqueles previstos no item 8.16, a mesma deverá informar ao CONTRATANTE, através de documento, a impossibilidade do reparo e os dados do equipamento que deverá substituir definitivamente o original, para aprovação do CONTRATANTE. O equipamento defeituoso deverá ser substituído por outro novo de mesmo modelo. A CONTRATADA deverá prestar manutenção aos equipamentos backup enquanto os mesmos estiverem substituindo os originais. Essa manutenção será regida pelos mesmos procedimentos e normas que norteiam o atendimento aos equipamentos originariamente fornecidos, principalmente quanto a prazos de atendimento;
- 8.19.** O início da garantia dar-se-á a partir da data de Recebimento Definitivo;
- 8.20.** A movimentação dos equipamentos entre as sedes do CONTRATANTE não excluem a garantia dos itens;
- 8.21.** Os atendimentos mencionados nas especificações "Garantias" descritas nas especificações técnicas deverão ser realizadas em todas as instalações do CONTRATANTE:
- 8.21.1. Tribunal Regional Federal da 2ª Região
- 8.21.1.1. Rua Acre, nº 80, Rio de Janeiro - RJ
 - 8.21.1.2. Rua Beneditinos, nº 24, Rio de Janeiro - RJ
 - 8.21.1.3. Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, Rio de Janeiro - RJ
 - 8.21.1.4. Rua Dom Gerardo, nº 46, Rio de Janeiro - RJ
 - 8.21.1.5. Rua Almirante Barroso, nº 78, Rio de Janeiro - RJ
 - 8.21.1.6. Av. Rio Branco, nº 241, Rio de Janeiro - RJ
- 8.21.2. Seção Judiciária do Rio de Janeiro
- 8.21.2.1. Av. Rio Branco, nº 243, Centro - Rio de Janeiro - RJ
 - 8.21.2.2. Av. Venezuela, nº 134, Centro - Rio de Janeiro - RJ
 - 8.21.2.3. Rua Manaí, nº 81, Campo Grande - Rio de Janeiro - RJ
 - 8.21.2.4. Rua Almirante Barroso, nº 78, Centro - Rio de Janeiro - RJ
 - 8.21.2.5. Rua Coronel Carvalho, nº 465, Angra dos Reis - RJ
 - 8.21.2.6. Rua José Alves Pimenta, nº 1091, Barra do Piraí - RJ

- 8.21.2.7. Praça Santíssimo Salvador, nº 62, Campos dos Goytacazes - RJ
- 8.21.2.8. Rua Aylton da Costa, nº 115, Duque de Caxias - RJ
- 8.21.2.9. Av. Amélia Saraiva dos Santos, nº 85, Itaboraí - RJ
- 8.21.2.10. Av. Presidente Dutra, nº 1.172, Itaperuna - RJ
- 8.21.2.11. Rodovia RJ 168, Km 4, Macaé - RJ
- 8.21.2.12. Rua Salma Repani, nº 114, Magé - RJ
- 8.21.2.13. Rua Coronel Gomes Machado, nº 73/75, Niterói - RJ
- 8.21.2.14. Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, nº 604, Niterói - RJ
- 8.21.2.15. Rua Hans Geiser, nº 26, Nova Friburgo - RJ
- 8.21.2.16. Rua Oscar Soares, nº 2, Nova Iguaçu - RJ
- 8.21.2.17. Av. Koeller, nº 167, Petrópolis - RJ
- 8.21.2.18. Av. Rita Maria Ferreira da Rocha, nº 1.235, Resende - RJ
- 8.21.2.19. Rua Coronel Serrado, nº 1.000, São Gonçalo - RJ
- 8.21.2.20. Av. Presidente Lincoln, nº 1090, São João de Meriti - RJ
- 8.21.2.21. Rua 17 de Dezembro, lote 4 A, São Pedro da Aldeia - RJ
- 8.21.2.22. Rua Francisco Sá, nº 343, Teresópolis - RJ
- 8.21.3. Seção Judiciária do Espírito Santo
 - 8.21.3.1. Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1.877, Vitória - ES
 - 8.21.3.2. Av. Monte Castelo, nº 96, Cachoeiro de Itapemirim - ES
 - 8.21.3.3. Rua Cel. Constantino Cunha, nº 1334, São Mateus - ES
 - 8.21.3.4. Av. Hans Schmoger, nº 808, Linhares - ES
 - 8.21.3.5. Rua Santa Maria, nº 46, Colatina - ES
 - 8.21.3.6. Rua 1D, s/n, esquina com Rodovia Norte Sul, Serra - ES
- 8.21.4. Outros endereços do CONTRATANTE que surjam durante a execução contratual, respeitado os limites dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

9. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 9.1.** O prazo de vigência inicia-se no primeiro dia útil subsequente a data de assinatura do contrato/recebimento da nota de empenho, estendendo-se até a data de emissão do último Termo de Recebimento Definitivo.

10. DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES



- 10.1.** A CONTRATADA não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes ao objeto contratado, a menos que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE;
- 10.2.** A CONTRATADA deverá exigir de seus empregados, prepostos e outros, direta ou indiretamente vinculados ao objeto contratado, que mantenham sigilo sobre as informações recebidas do CONTRATANTE.

ANEXO II

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 116-2019

Proc. TRF2-EOF-2019/287

SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº: _____/2019.

FORNECEDOR: _____

1 - OBJETO - A presente Solicitação de Fornecimento tem por objeto a aquisição de _____, de acordo com as especificações estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e na proposta da empresa contratada, do Pregão Eletrônico SRP nº 116-19.

Item	Especificação Objeto	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
			Total Geral	

2 - PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA

2.2 - O material deverá ser entregue de 2ª a 6ª feira, no **TRF-2ª REGIÃO**, na Seção de Almojarifado/Divisão de Patrimônio e Almojarifado, localizada na Rua Beneditinos, n.º 24, e-mail: salmox@trf2.jus.br, das 10 às 17h, na **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO**, na Seção de Almojarifado - SEALM, localizada na Rua Equador nº 613, Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ (desembarque da Rodoviária Novo Rio), e-mail: tssealm@jfrj.jus.br, das 9 às 17h, ou na **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO**, Seção de Material - SEMAT, localizada na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo - Vitória - ES, e-mail: semat@jfes.jus.br, das 12 às 17h.

A entrega deverá ser agendada com antecedência através dos telefones (21) 2282-8264 (TRF-2ª REGIÃO), (21) 3218-6612 / 3218-6613 (SJRJ) ou (27) 3183-5004 (SJES).

3 - PREÇO

3.1. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região pagará à CONTRATADA o valor total de R\$. (.....), conforme cláusula quarta da Ata de Registro de Preços.

3.2. Estão incluídos no preço proposto a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento.

Rio de Janeiro, / /

(Nome e cargo do Servidor - Setor Requisitante)

ANEXO III DECLARAÇÃO

(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116-19

Proc. nº TRF2-EOF-2019/287

_____ **DECLARA**, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ____/2019
Processo Administrativo Digital n.º TRF2-EOF-2019/00287
Pregão Eletrônico/SRP N.º 116/2019
Validade: 12 (doze) meses

O **Tribunal Regional Federal da 2.ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, n.º 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Reis Friede**, doravante denominado simplesmente **TRF – 2.ª RG**, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 116/2019**, homologado em __/__/2019, através do despacho nº TRF2-DES-2019/____ do Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2019/00287, **RESOLVE** registrar o preço da empresa _____, inscrita no C.N.P.J. n.º _____, estabelecida na _____, CEP _____, Tel.: (__) _____, *e-mail*: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a)**. _____, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada para o(s) item(ns), atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações; Lei n.º 10.520/02 e Decretos n.ºs 5.450/05 e 7.892/13 e Portaria n.º TRF2-PTP-2017/00110 de 15 de março de 2017, em conformidade com as disposições a seguir:

Ata de Registro de Preços nº ____/2019 – Fornecedor (ng)

MINUTA

Pág. 1



TRF2CAP201924281

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

A presente Ata tem por objeto a aquisição de microcomputadores e monitores, para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e as Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES), atuando este E. Tribunal como Órgão Gerenciador e as mencionadas Seções Judiciárias como Órgãos Participantes, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 116/2019, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e a proposta de preços apresentada pela licitante classificada para os itens, independentemente de transcrição, conforme constam nos autos do Processo Administrativo Digital n.º TRF2-EOF-2019/00287.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Tribunal Regional Federal da 2ª Região a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

O controle e a administração desta Ata caberão à Divisão de Suporte e Usuários de TI (DISUS) do TRF-2ª Região.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO:

4.1 – O(s) preço(s) registrado(s), a(s) especificação(ões), o(s) quantitativo(s), a(s) empresa(s) fornecedora(s) e representante(s) legal(is) encontram-se enunciados na presente Ata.

PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE (UN)		PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	Microcomputador, conforme especificação item 3.1 (Anexo I do Edital)		TRF2	350		
			SJRJ	1.050		
			SJES	210		
TOTALIS (ITEM 01)			1.610			
02	Monitor LCD 21,5 polegadas, conforme especificação item 3.2 (Anexo I do Edital)		TRF2	350		
			SJRJ	1.050		



PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE (UN)		PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
			SJES	280		
TOTALIS (ITEM 02)				1.680		
VALOR TOTAL REGISTRADO						

Obs.: Código SIASG 66338 e 150699

4.2 – Periodicidade de solicitação: conforme necessidade e disponibilidade orçamentária do Contratante;

4.3 – Nos preços registrados estão incluídos a incidência tributária e os demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto.

4.4 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registros de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

4.5 – Os preços registrados poderão ser revistos nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

4.6 – O Fornecedor deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

4.7 – O prazo de entrega dos equipamentos é de ____ (____) dias, [no máximo 40 (quarenta) dias, conforme Proposta], contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

4.8 As entregas dos equipamentos deverão ser agendadas e realizadas nos endereços elencados a seguir:

4.8.1 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região / Seção de Almoxarifado/Divisão de Patrimônio e Almoxarifado, situada na Rua Beneditinos, 24, 2º andar, Centro – Rio de Janeiro – RJ, Telefone: (21) 3261-8264, E-mail: salmox@trf2.jus.br, no horário das 10:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira

4.8.2 - Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro / Seção de Almoxarifado – SEALM, situada na Rua Equador, 613, Santo Cristo - Rio de Janeiro – RJ, Telefones: (21) 3218-6612 / 3218-6613, E-mail: tssealm@jfrj.jus.br, no horário das 09:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira;

4.8.3 - Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo / Seção de Material – SEMAT, situada na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo – Vitória – ES, Telefone: (27) 3183-5004, E-mail: semat@jfes.jus.br, no horário: das 12:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:



5.1.1 – pelo TRF – 2ª RG:

5.1.1.1 – quando o Fornecedor descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços;

5.1.1.2 – quando o Fornecedor não assinar o Contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.1.3 – quando caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;

5.1.1.4 – quando o preço registrado se apresentar superior ao praticado no mercado e o Fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado;

5.1.1.5 – quando o Fornecedor sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art 87 da Lei nº 8.666 de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520 de 2002;

5.1.1.6 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

5.1.2 – pelo FORNECEDOR:

5.1.2.1 – Quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

5.2 – O cancelamento do Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao procedimento administrativo da presente Ata.

5.4 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

5.5 – A solicitação do Fornecedor para cancelamento do preço registrado poderá não ser aceita pelo TRF – 2ª RG, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Edital do Pregão mencionado no preâmbulo, caso não aceitas as razões do pedido.

5.6 – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas ao fornecimento do(s) item(ns).

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO:

6.1 – O Tribunal Regional Federal da 2ª Região fará as aquisições mediante emissão da solicitação de fornecimento, constante do Anexo II do Edital do Pregão mencionado no preâmbulo, e de Contrato específico, celebrado de acordo com os materiais e quantidades constantes na referida solicitação.

6.2 – A contratação será sempre representada pelo Contrato, e a sua celebração será formalizada pela assinatura do supracitado instrumento por parte do(s) Fornecedor(es) com preço registrado na Ata de Registro de Preços.

6.3 – O Fornecedor se compromete a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da Ata, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.



7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

7.1 – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços, na forma da IN-24-13 de 21.02.06, deste TRF – 2ª RG.

7.2 – Integram esta Ata o Edital do Pregão mencionado no preâmbulo, seus anexos, a documentação e a proposta da empresa classificada, independentemente de transcrição.

7.3 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), o Fornecedor deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68 – 2º andar – no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO:

O presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante, observado o disposto no Parágrafo único do art. 61 c/c art. 15 § 2º, ambos da Lei nº 8.666/93.

9 - CLÁUSULA NONA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas da presente Ata ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes a presente Ata, em 02 (*duas*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2.019.

DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Presidente

RESPONSÁVEL
FORNECEDOR
(cargo)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE
MICROCOMPUTADORES E MONITORES, QUE ENTRE
SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª
REGIÃO E A EMPRESA _____.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2019/00287

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Reis Friede**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. n.º _____, estabelecida na _____, CEP: ____-____, Tel.: (____) _____, *e-mail*: _____, representada neste ato por seu (sua) _____, **Sr.(a)** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2019/00287, em consequência do Pregão Eletrônico SRP nº 116/2019, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e nos Decretos nºs 5.450/05 e 7.892/13, homologado em ____/____/2019, através do despacho nº TRF2-DES-2019/_____, FIRMAM o presente Contrato visando à *aquisição de microcomputadores e monitores*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e Portaria nº TRF2-PTP-2017/00110 de 15 de março de 2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Contrato nº ____/2019 – Empresa contratada (ng)

MINUTA

Pág. 1



TRF2CAP201924282

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de microcomputadores e monitores, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 116/2019 e seus Anexos I, II, III E IV, e na forma estabelecida no presente Contrato.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

2.1 – Descritas detalhadamente no ITEM 3 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

3.1.1 - O transporte dos equipamentos até o local indicado pelo Contratante ficará sob responsabilidade da Contratada, incluindo procedimentos de seguro, embalagem, descarregamento e transporte até o destino especificado;

3.1.2 - A responsabilidade quanto ao estado dos equipamentos e acessórios durante o transporte e entrega, será exclusivamente da Contratada, sendo que, quaisquer danos ocorridos e observados a qualquer tempo, deverão ser por ela reparados, sem ônus para o Contratante;

3.1.3 - Os equipamentos deverão ser novos, sem uso e estar na linha de produção do fabricante no momento da apresentação da proposta discriminada na Cláusula Décima deste Contrato.

3.1.3.1 - Não serão aceitos equipamentos usados, remanufaturados ou de demonstração, devendo os mesmos ser entregues nas caixas lacradas pelo fabricante, não sendo aceitos equipamentos com caixas violadas;

3.1.3.2 - O Contratante poderá efetuar consulta do número de série do equipamento junto ao fabricante, informando data de compra e empresa adquirente, confirmando a procedência legal dos mesmos.

3.1.4 - Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes, os quais poderão estar em meio eletrônico;

3.1.5 - Caso não sejam fabricados no Brasil, os equipamentos deverão ser importados legalmente, assegurando a prestação de garantia e suporte original do fabricante conforme estipulado adiante, não sendo aceitos equipamentos contrabandeados ou importados sem o reconhecimento da garantia no Brasil por parte do fabricante;

3.1.6 - As entregas dos equipamentos deverão ser agendadas e realizadas nos endereços elencados a seguir:

3.1.6.1 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região / Seção de Almoarifado/Divisão de Patrimônio e Almoarifado, situada na Rua Beneditinos, 24, 2º andar, Centro – Rio de Janeiro – RJ, Telefone: (21) 3261-8264, *E-mail*: salmox@trf2.jus.br, no horário das 12:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira;



3.1.6.2 - Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro / Seção de Almoarifado – SEALM, situada na Rua Equador, 613, Santo Cristo - Rio de Janeiro – RJ, Telefones: (21) 3218-6612 / 3218-6613, *E-mail*: tssealm@jfrj.jus.br, no horário das 09:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira;

3.1.6.3 - Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo / Seção de Material – SEMAT, situada na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo – Vitória – ES, Telefone: (27) 3183-5004, *E-mail*: semat@jfes.jus.br, no horário: das 12:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira.

3.1.7 – Deverá ser entregue juntamente com o documento fiscal cópia impressa contendo a numeração de série dos equipamentos.

3.2 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

3.2.1 - O prazo de entrega dos equipamentos é de ____ (_____) dias, [no máximo 40 (quarenta) dias, conforme Proposta], contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

3.2.2 – Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

4 – CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES:

4.1 – DA CONTRATADA:

4.1.1 – Responder por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

4.1.2 – Não transferir, sob nenhum pretexto, a responsabilidade assumida no presente Contrato para outras entidades, quer sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;

4.1.3 – Fornecer todos os componentes de *hardware* e *software* necessários para a perfeita execução do objeto contratado;

4.1.4 – A Contratada poderá fornecer itens com características adicionais e até mesmo superiores, desde que não haja prejuízo de qualquer das funcionalidades especificadas e seja mantida a compatibilidade da solução;

4.1.4.1 – A substituição mencionada no subitem anterior deverá ser solicitada ao Contratante e somente poderá ser realizada mediante expressa autorização do mesmo.

4.1.5 – A Contratada deverá fornecer qualquer material adicional (cabo, conector, *transceiver*, conversor, etc.), correlato ao objeto contratado, necessário ao perfeito funcionamento dos itens adquiridos;

4.1.6 – A Contratada deverá arcar com todas as despesas decorrentes de deslocamento, alimentação e estadia para realização dos serviços (*on-site*) na sede do Contratante;



4.1.7 – É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução n.º 7, alterada pela Resolução n.º 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.

4.1.7.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

4.1.8 - A Contratada não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes ao objeto contratado, a menos que expressamente autorizada pelo Contratante;

4.1.9- A Contratada deverá exigir de seus empregados, prepostos e outros, direta ou indiretamente vinculados ao objeto contratado, que mantenham sigilo sobre as informações recebidas do Contratante;

4.1.10 - Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual;

4.1.11 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução n.º 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria n.º CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012;

4.1.12 - A Contratada deverá respeitar e cumprir todas as disposições da legislação ambiental vigente, responsabilizando-se perante o Contratante, os Órgãos Ambientais e terceiros, por todo e qualquer dano ou prejuízo que porventura cause ao Meio Ambiente.

4.2 – DO CONTRATANTE:

4.2.1 – Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos de prestar o serviço contratado, desde que se apresentem devidamente identificados, respeitadas as normas internas (segurança, disciplina) do Contratante;

4.2.2 – Prestar informações e esclarecimentos à Contratada, necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato;

4.2.3 – Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade verificada no cumprimento do objeto deste Contrato, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas;

4.2.3.1 – Considerar-se-á como notificação formal, além de documentos do tipo Ofício, aquela realizada por correio eletrônico.

4.2.4 – Acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento do objeto deste Contrato;



4.2.5 – Recusar o recebimento do *hardware*, material ou serviço que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela Contratada;

4.2.6 – Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento do objeto deste Contrato pela Contratada;

4.2.7 – Demais deveres e responsabilidades previstos neste Contrato.

5 – CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, c/c a IN SLTI/MPDG n.º 01, de 04/04/2019, o objeto do presente Contrato será recebido mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, e da seguinte forma:

5.1.1 – **Provisoriamente** – Imediatamente, **pelo Fiscal Técnico**, depois de efetuada a entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com os termos contratuais;

5.1.2 – **Definitivamente** – No prazo de 10 (*dez*) dias, **pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal Requisitante**, contato a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo caso devidamente justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais;

5.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pela Comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, a qual confirmará a aceitação definitiva dos equipamentos, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

5.3 – Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na **IN SLTI/MPDG n.º 01, de 04/04/2019** e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

5.4 – Se, após o recebimento provisório, for constatado que os equipamentos foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

5.5 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

5.6 – O aceite/aprovação do(s) equipamentos(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

6 – CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

6.1 – DO PREÇO:

6.1.1 - PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE (UN)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	Microcomputador, conforme ITEM 3.1 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico		TRF2		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP n.º116/2019 – fundamentado na Lei n.º 10.520/02 e nos Decretos n.ºs 5.450/05 e 7.892/13 Proc. TRF2-EOF-2019/00287

6.1.1 - PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE (UN)		PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
	mencionado no preâmbulo.		SJRJ			
			SJES			
TOTAIS (ITEM 01)						
02	Monitor LCD 21,5 polegadas, conforme ITEM 3.2 Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo		TRF2			
			SJRJ			
			SJES			
TOTAIS (ITEM 02)						
VALOR GLOBAL DO CONTRATO						

Obs.: Código SIASG 66338 e 150699

6.1.2 – O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____
 (_____);

6.1.3 – Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à perfeita execução do objeto contratado;

6.1.4 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços são fixos e irrevogáveis, salvo mediante ocorrência das hipóteses previstas pelo artigo 17 do Decreto nº 7.892/2013.

6.2 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.2.1 – O pagamento será efetuado após a entrega dos equipamentos, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor do Contrato, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal para valor inferior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), ou em até 10 (dez) dias úteis, para valor superior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), a contar do atesto do documento fiscal, aposto pelo gestor do Contrato;

6.2.1.1 – No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

6.2.1.2 – Para fins do disposto no subitem 6.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.



6.2.2 – O documento fiscal deverá acompanhar os produtos quando estes forem entregues, de 2ª a 6ª feira, nos endereços e horários indicados nos subitens 3.1.6.1 a 3.1.6.3 deste Contrato, observado o disposto no subitem 3.17 deste Contrato.

6.2.2.1 - A entrega deverá ser agendada com antecedência através dos telefones (21) 2282-8264 (TRF2), (21) 3218-6612 / 3218-6613 (SJRJ) e (27) 3183-5004 (SJES).

6.2.3 – Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

6.2.4 – A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa n.º 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas n.º 1.540 de 05/01/2015 e n.º 1.552 de 02/03/2015;

6.2.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, em conformidade com o Acórdão 964/2012 – Plenário - TCU;

6.2.5.1 – A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.2.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

6.2.7 – No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal n.º 691/84, alterada pela Lei n.º 3.691/03, a Contratada não localizada no município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

6.2.7.1 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa decorrente do fornecimento objeto deste Registro de Preços correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União do Contratante e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e Espírito Santo, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de empenho
02.061.0569.4257.6013	4.4.90.52.35	085.391	

8 – CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:

8.1 – Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores do Contratante, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da



rescisão unilateral do Contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a Contratada que:

- 8.1.1 – apresentar documentação falsa;
- 8.1.2 – fraudar a execução do Contrato;
- 8.1.3 – comportar-se de modo inidôneo;
- 8.1.4 – cometer fraude fiscal;
- 8.1.5 – fizer declaração falsa;

8.2. – Para os fins do subitem 8.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

8.3 – Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei n.º 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do Contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a Contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos subitens 8.4, 8.5 e 8.6, com as seguintes penalidades:

- 8.3.1 – advertência;
- 8.3.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (*dois*) anos;
- 8.3.3 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

8.3.4 – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos.

8.4 – No caso de inexecução parcial do objeto, a Contratada fica sujeita à aplicação de multa de até 20% (*vinte por cento*) do valor do Contrato.

8.5 – No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) do valor do Contrato.

8.6 – Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais da Contratada especificadas no edital e Termo de Referência, a Contratada, caso não sejam acatadas suas justificativas, estará sujeita à penalidade de multa entre 0,1% (*um décimo por cento*) e 0,5% (*cinco décimos por cento*) do valor do Contrato por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2% (*dois por cento*) se descumprido mais de 01 (*um*) item obrigatório concomitantemente;

8.7 – O valor da multa poderá ser descontado dos documentos fiscais devidos à Contratada.

8.7.1 – Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, caso esta tenha sido exigida;

8.7.2 – Se os valores dos documentos fiscais e da garantia, se exigida, forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (*quinze*) dias, contados da comunicação oficial;

8.7.3 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;



8.7.4 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (*dez*) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

8.8 – Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017.

8.9 – A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei;

8.10 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9 – CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO:

9.1 – A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei n.º 8.666/93.

9.2 – O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93;

9.3 – A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 – O fornecimento contratado obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 116/2019 e seus Anexos I, II, III e IV;
- b) Proposta datada de __/__/2019, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos equipamentos (TRF2-CAP-2019/____).
- c) Ata de Registro de Preços n.º __/2019, constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 116/2019.

10.2 – Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a", "b" e "c" prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 – O Contratante designará a **Equipe de Gerenciamento da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo**, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

11.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

11.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;



11.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

11.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

11.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11.4 – A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados.

11.5 – As irregularidades detectadas pela fiscalização do Contratante serão comunicadas formalmente à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE GARANTIA:

12.1 – DA VIGÊNCIA:

12.1.1 - O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se no primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no subitem 5.1.2 da Cláusula Quinta.

12.2 – DA GARANTIA:

12.2.1 - Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia de ___ (____) meses, [no mínimo 36 (trinta e seis) meses, conforme Proposta], contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo previsto no subitem 5.1.2 deste Contrato, do tipo *on-site*, incluindo substituição de equipamentos defeituosos e assistência técnica;

12.2.2 – O prazo de garantia mencionado no subitem anterior deverá ser verificável através de consulta aberta no sítio do fabricante através do número de série e/ou etiqueta de serviço do equipamento;

12.2.3 – Caso ocorram as situações elencadas a seguir, a Contratada deverá informar na proposta comercial, discriminada na Cláusula Décima deste Contrato, o respectivo código junto ao fabricante dos serviços adicionais incluídos;

12.2.3.1 - A Contratada não for o próprio fabricante;

12.2.3.2 – A garantia do fabricante for inferior à discriminada no subitem 12.2.1 desta Cláusula;

12.2.3.3 – A Contratada fornecer “extensão de garantia”, “prazo de garantia estendido” ou “modalidade de prestação de serviços para atendimento *on-site* e/ou tempos de solução”.

12.2.4 - Deverá ser disponibilizado pela Contratada ou pelo fabricante do equipamento Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) para abertura de chamado de assistência técnica, de segunda a sexta-feira, a partir de 11:00 até às 18:00 horas;

12.2.4.1 – O serviço mencionado no subitem anterior poderá ser via atendimento telefônico 0800, *on line*, acesso remoto ou por qualquer outro meio eficaz disponibilizado para abertura dos chamados de assistência técnica;

12.2.4.2 - O Contratante deverá ter acesso ao número do registro no momento da abertura do chamado;



12.2.5 - Durante a abertura do chamado, o fabricante e/ou a Contratada poderá realizar um pré-atendimento inicial/analítico, via SAC, a fim de solucionar o problema relatado;

12.2.6 - O prazo máximo para atendimento e reparo/solução do problema que ocasionou o chamado é de até 05 (*cinco*) dias úteis, contado a partir de sua abertura, inclusive quando o mesmo implicar substituição de peças ou componentes;

12.2.7 - Caso não consiga realizar o reparo no prazo estabelecido no subitem anterior, a Contratada deverá providenciar instalação de equipamento *backup*, bem como observar que o equipamento defeituoso do Contratante deverá ser devolvido, devidamente consertado, no prazo de até 30 (*trinta*) dias corridos.

12.2.7.1 - Havendo necessidade de remoção do equipamento para as dependências da Contratada, as despesas de transporte, seguros e embalagens, correrão às suas expensas;

12.2.7.2 - O equipamento *backup* deverá ser igual ou superior ao que apresentou defeito e deverá ser instalado no ato de sua retirada;

12.2.7.3 - Na hipótese de o equipamento não estar mais disponível no mercado, poderão ser admitidos substitutos com qualidade e características idênticas ou superiores, mediante expressa autorização do Contratante.

12.2.8 - O atendimento às chamadas técnicas durante o período de garantia será realizado nas dependências do Contratante em dias úteis, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 11:00 até às 18:00 horas;

12.2.9 - O fabricante e/ou a Contratada, diretamente ou através de sua rede credenciada, deverá manter registros escritos dos referidos chamados, nos quais deverá constar o nome do técnico que prestou o atendimento e descrição resumida do problema;

12.2.10 - O Contratante solicitará os registros de atendimento, mencionados no subitem anterior, sempre que julgar necessário, a fim de avaliar e contabilizar os atendimentos executados;

12.2.11 - Por motivo de Segurança da Informação, toda Unidade de Armazenamento substituída deverá permanecer em posse do Contratante;

12.2.12 - Durante o prazo de garantia será substituída, sem ônus para o Contratante, a parte ou peça defeituosa por outra nova original de primeiro uso;

12.2.13 - A abertura do gabinete poderá ser realizada pelos próprios técnicos do Contratante, sem necessidade de autorização prévia e sem perda da garantia;

12.2.14 - O monitor deverá ter garantia contra *pixels* defeituosos, independentemente da quantidade de *pixels* identificados como defeituosos;

12.2.15 - Quaisquer alegações da Contratada contra instalações (ambiente inadequado, rede elétrica, rede lógica) ou usuários (mau uso, etc.) do Contratante devem ser comprovadas tecnicamente através de laudos detalhados e conclusivos;

12.2.15.1 - Não serão admitidas omissões baseadas em suposições técnicas sem fundamentação, “experiência” dos técnicos ou alegações baseadas em exemplos de terceiros;

12.2.15.2 - Enquanto não for emitido laudo, e esse não demonstrar claramente os problemas alegados, a Contratada deverá prosseguir com o atendimento dos chamados.



12.2.16 – Caso o laudo comprove suas alegações, a Contratada deverá emitir orçamento para reparo do equipamento de forma que a garantia permaneça sem alteração durante o prazo restante.

12.2.17 - Na hipótese de a Contratada não reparar totalmente o equipamento, por qualquer motivo, à exceção daqueles previstos nos subitens 12.2.15, 12.2.15.1 e 12.2.15.2, a mesma deverá informar ao Contratante, através de documento, a impossibilidade do reparo e os dados do equipamento que deverá substituir definitivamente o original, para aprovação do Contratante;

12.2.17.1 - O equipamento defeituoso deverá ser substituído por outro novo de mesmo modelo;

12.2.17.2 - A Contratada deverá prestar manutenção aos equipamentos *backup* enquanto os mesmos estiverem substituindo os originais;

12.2.17.3 - A manutenção mencionada no subitem anterior será regida pelos mesmos procedimentos e normas que norteiam o atendimento aos equipamentos originariamente fornecidos, principalmente quanto a prazos de atendimento.

12.2.18 - A movimentação dos equipamentos entre as sedes do Contratante não excluem a garantia dos itens;

12.2.19 - Os atendimentos descritos nesta Cláusula deverão ser realizados nas instalações do Contratante discriminadas a seguir;

12.2.19.1 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2);

- a) Rua Acre, n.º 80, Rio de Janeiro/RJ;
- b) Rua Beneditinos, n.º 24, Rio de Janeiro/RJ;
- c) Rua Visconde de Inhaúma, n.º 68, Rio de Janeiro/RJ;
- d) Rua Dom Gerardo, n.º 46, Rio de Janeiro/RJ;
- e) Rua Almirante Barroso, n.º 78, Rio de Janeiro/RJ;
- f) Av. Rio Branco, n.º 241, Rio de Janeiro/RJ.

12.2.19.2 - Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ):

- a) Av. Rio Branco, n.º 243, Centro, Rio de Janeiro/RJ;
- b) Av. Venezuela, n.º 134, Centro, Rio de Janeiro/RJ;
- c) Rua Manaí, n.º 81, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ;
- d) Rua Almirante Barroso, n.º 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ;
- e) Rua Coronel Carvalho, n.º 465, Angra dos Reis/RJ;
- f) Rua José Alves Pimenta, n.º 1091, Barra do Pirai/RJ;
- g) Praça Santíssimo Salvador, n.º 62, Campos dos Goytacazes/RJ;
- h) Rua Aylton da Costa, n.º 115, Duque de Caxias/RJ;
- i) Av. Amélia Saraiva dos Santos, n.º 85, Itaboraí/RJ;
- j) Av. Presidente Dutra, n.º 1.172, Itaperuna/RJ;
- k) Rodovia RJ 168, Km 4, Macaé/RJ;
- l) Rua Salma Repani, n.º 114, Magé/RJ;
- m) Rua Coronel Gomes Machado, n.º 73/75, Niterói/RJ;
- n) Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, n.º 604, Niterói/RJ;
- o) Rua Hans Geiser, n.º 26, Nova Friburgo/RJ;
- p) Rua Oscar Soares, n.º 2, Nova Iguaçu/RJ;
- q) Av. Koeller, n.º 167, Petrópolis/RJ;



- r) Av. Rita Maria Ferreira da Rocha, n.º 1.235, Resende/RJ;
- s) Rua Coronel Serrado, n.º 1.000, São Gonçalo/RJ;
- t) Av. Presidente Lincoln, n.º 1090, São João de Meriti/RJ;
- u) Rua 17 de Dezembro, lote 4 A, São Pedro da Aldeia/RJ;
- v) Rua Francisco Sá, n.º 343, Teresópolis/RJ.

12.2.19.3 - Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES);

- a) Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, n.º 1.877, Vitória/ES;
- b) Av. Monte Castelo, n.º 96, Cachoeiro de Itapemirim/ES;
- c) Rua Cel. Constantino Cunha, n.º 1334, São Mateus/ES;
- d) Av. Hans Schmogger, n.º 808, Linhares/ES;
- e) Rua Santa Maria, n.º 46, Colatina/ES;
- f) Rua 1D, s/n, esquina com Rodovia Norte Sul, Serra/ES.

12.2.19.4 - Demais endereços do Contratante que porventura surjam durante a execução contratual, respeitado os limites dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

12.2.20 - Caso quaisquer dos equipamentos fornecidos venham a apresentar defeito(s) decorrente(s) de falha(s) no processo de fabricação ou de má qualidade durante o prazo de garantia estabelecido no subitem 12.2.1 desta Cláusula, deverão ser substituídos gratuitamente pela Contratada.

12.2.20.1 - Não serão aceitos equipamentos cujas embalagens tenham evidências de terem sofrido dano.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

13.1 – Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

13.2 – Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação dos débitos referentes à presente contratação em favor do Contratante.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

15.1 – O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações da Lei n.º 9.069 de 29/06/95 e Lei n.º 10.192 de 14/02/2001.

15.2 – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados do contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.



15.3 – As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei n.º 9.648 de 27 de maio de 1998.

15.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar ao Contratante, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

15.5 – Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.

16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93, o presente instrumento de contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 02 (*duas*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2019.

DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
PRESIDENTE

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

